

O Senado que se cuide

CARLOS CHAGAS

Outra vez incorporados, parecendo reverter a "dobradinha" dos anos de 1987 e 1988, Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral estiveram com o embaixador da Itália. Até a próxima semana, terão conversado, também, com o embaixador da Alemanha.

Os antigos presidente e relator-geral da Constituinte voltam a reunir forças, depois de longo inverno de separação, interessados em sair na frente e preparar a revisão constitucional prevista para 1993, mas, talvez, em condições de ser antecipada para o ano que vem. Cabral não será mais deputado, por força das artes do destino, pois deixou o Ministério da Justiça depois das recentes eleições parlamentares. Continuará, porém, como um consultor privilegiado de Ulysses, reeleito e em vias de outra vez assumir a presidência da Câmara. Só da Câmara? Por que não da miniconstituinte a instalar-se em algum tempo?

Querem, num primeiro passo, conhecer em detalhes as experiências parlamentaristas da Itália e da Alemanha, e chegarão às embaixadas com algumas questões já definidas. A primeira, saber qual o verdadeiro papel do Senado nos sistemas de governo vigentes naqueles países. Porque parlamentarismo pressupõe unicameralismo, com as responsabilidades de governo concentradas na Câmara dos Deputados. E os senados alemão e italiano, que papel têm? Que atribuições lhes são dadas em Roma e, agora, em Berlim?

O problema será crucial para a perspectiva de mudança de sistema de governo entre nós, porque os nossos senadores, é claro, não são bobos. Resistirão a passar do centro do palco para as galerias, reduzidos a peça decorativa. Mas já abriram o primeiro flanco, quando da elaboração da atual Consti-

tuição. Permitiram que na próxima minirreforma, as decisões sejam tomadas em conjunto por eles e pelos deputados, sem a clássica dupla votação nas duas Casas. Isso significa que se os deputados, em ampla maioria, optarem pelo parlamentarismo, poderão moldá-lo à maneira clássica, ou seja, autoinvestindo-se das funções de governo e das prerrogativas legislativas e dando aos senadores migalhas do banquete do poder. Talvez nem mesmo a de o Senado tornar-se Câmara revisora de projetos votados e aprovados antes. Ou, muito menos, de participe da composição dos gabinetes. Muito menos podendo o primeiro-ministro sair de outro ninho que o da Câmara dos Deputados.

Mais ou menos isso é o que acontece na Alemanha e na Itália, e tanto Ulysses quanto Cabral querem detalhes. Menos até sobre a teoria, para a qual bastaria passar numa biblioteca e consultar as leis fundamentais daqueles dois países. Mais sobre a prática. E, sutilmente, sobre as honrarias. Porque será preciso dourar a pilula a ser enfiada goela a dentro do Senado. Dar aos senadores, em troca, a vitaliciedade? Não se trata de nenhum absurdo, existe na Itália. Transformar todos os senadores em conselheiros da República? É o que ocorre na Alemanha. O importante para a dobradinha de novo composta é saber como reagiram povo e senadores, em duas das mais aperfeiçoadas democracias parlamentares do planeta. Conhecer que antídotos foram aplicados lá para apaziguar os velhinhos, e que tipo de reação manifestou a opinião pública.

O Senado que se cuide, sua cama está começando a ser feita. Isso, é claro, se a reforma constitucional for mesmo antecipada e se nesse meio tempo, com um plebiscito também antecipado, o povo optar pela mudança no sistema de governo.

26 OUT 1990

CORREIO BRAZILIENSE